



ATOS GOLPISTAS

Cid retorna à prisão e tem delação ameaçada

Tenente-coronel é detido por descumprimento de medidas cautelares e obstrução de Justiça, após o vazamento de áudios em que ele classifica como “narrativa pronta” o inquérito sobre tentativa de golpe. Em audiência no STF, militar nega as próprias declarações

» RENATO SOUZA
» HENRIQUE LESSA

Seis meses após deixar a prisão em razão da negociação de um acordo de delação premiada com a Polícia Federal, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi novamente encarcerado. O retorno do militar à detenção ocorre em meio à revelação de áudios em que ele relata ter sofrido pressão da PF e classifica como “narrativa pronta” o inquérito que investiga uma tentativa de golpe de Estado.

As acusações de Cid nos áudios (**leia Entenda o caso**) fizeram com que ele fosse chamado a prestar depoimento, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o termo da audiência, divulgado pela Corte, na oitava, o militar disse que a sua delação foi feita “de forma espontânea e voluntária”. “Afirma não ter havido pressão do Judiciário ou da polícia”, destaca um trecho.

Também segundo o documento, Cid relatou não se recordar para quem “falou as frases de desabafo, num momento ruim”. Ele listou nomes de parentes e amigos com quem tem mantido contato, mas frisou que não se comunica com “nenhum político, ninguém do Judiciário, ninguém de núcleo/esfera política”.

Questionado sobre quem são os “policiais” que queriam que ele falasse coisas que não sabia ou não teriam acontecido, respondeu que “ninguém o teria forçado”. “Nunca houve induzimento às respostas. Nenhum membro da Polícia Federal o coagiu a falar algo que não teria acontecido”, acrescentou.

Ele também confirmou “integralmente” o último depoimento que deu à PF, no último dia 11. “Não foi pressionado e respondeu a todas as perguntas”, enfatizou, conforme o termo da audiência. “Deseja manter o acordo de colaboração premiada. Deseja manter nos exatos termos que foi celebrado.”

Após o depoimento, Cid recebeu voz de prisão. Ele desmaiou e precisou ser avaliado pela equipe médica do STF. O militar foi levado ao batalhão de polícia do Exército, em Brasília, onde permanecerá. O Supremo informou que o encarceramento preventivo ocorreu por ordem de Moraes por descumprimento de medidas cautelares e obstrução de Justiça.

Reprodução



Após a oitava, Cid recebeu voz de prisão, desmaiou e teve de ser avaliado por médicos do STF. O militar ficará detido no batalhão do Exército

Memória

Fraude em cartões de vacina

O tenente-coronel Mauro Cid foi preso em maio do ano passado, durante a Operação Venire da PF, que investigou fraudes em cartões de vacina contra a covid-19 da família de Cid e da de Bolsonaro. Em setembro, ele foi solto após acertar uma delação premiada, na qual apontou o ex-presidente como o mandante das fraudes no sistema do Ministério da Saúde, e revelou a existência de reuniões entre o ex-chefe do Executivo e comandantes das Forças Armadas para discutir uma forma de impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O depoimento de Cid ocorreu na sala de audiências do STF, foi presidido pelo desembargador Airton Vieira, juiz instrutor do gabinete do ministro Alexandre de Moraes. Participaram a defesa e o representante da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Alan dos Santos/PR



As revelações de Cid abasteceram inquéritos contra Bolsonaro

Na avaliação dos investigadores e de Moraes, os áudios representam obstrução de Justiça porque foram feitos para difusão nas redes sociais, contra a corporação e o Supremo. Além disso, ele tratou nas gravações de temas que deveriam ter sido mantidos

em sigilo, em razão da delação. Também ontem, foram realizadas buscas na casa do militar, em Brasília, e apreensão de documentos, celular e arquivos digitais que podem colaborar com as investigações. Para integrantes do Supremo

e da PF, é alta a chance de que que o acordo de delação premiada seja suspenso. A decisão será tomada nos próximos dias. Se o acordo for anulado, Cid perde todos os benefícios a que teria direito, como redução de pena, responder em liberdade e retirada de medidas cautelares. As declarações feitas por ele durante as oitavas também podem ser desconsideradas. No entanto, provas apresentadas pelo militar, como troca de mensagens com outros investigados, documentos — caso da minuta golpista encontrada em um computador ligado a ele — e interceptação de ligações telefônicas, continuam válidas.

Mauro Cid se tornou personagem central nas investigações sobre golpe de Estado. Ele se comunicou com militares, autoridades federais e estaduais e teria participado da elaboração de ações e estratégias que miravam a derrubada de instituições democráticas.

Ao decidir por falar o que sabe, ele implicou o ex-presidente Jair Bolsonaro, integrantes da cúpula das Forças Armadas na gestão do ex-chefe do Executivo, entre outros.

Entenda o caso

As acusações

» Áudios do tenente-coronel Mauro Cid mostram o militar declarando que o inquérito da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe de Estado é uma “narrativa pronta”. Cid também diz que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), já tem a sentença dos investigados.

» Os áudios, de curta duração, foram divulgados na quinta-feira, pela revista Veja. Em uma das gravações, Cid afirma que os investigadores da PF “não queriam saber a verdade” sobre a tentativa de golpe de Estado, e, sim, confirmar uma “narrativa pronta”.

» “Eles já estão com a narrativa pronta. Eles não queriam saber a verdade, eles queriam só que eu confirmasse a narrativa dele. É isso que eles queriam, e toda vez eles falavam ‘olha, a sua colaboração tá muito boa’. Ele até falou, ‘vacina, por exemplo, você vai ser indiciado por nove tentativas de falsificação de vacina, vai ser indiciado por associação criminosa’, e mais um termo lá. Ele disse assim: ‘Só essa brincadeira vai ser 30 anos pra você’, declara o tenente-coronel.

» Em outro áudio, Cid frisa que a PF queria que ele falasse coisas que não sabia e que não aconteceram: “Não adianta, você pode falar o que você quiser. Eles (PF) não aceitavam, e discutiam que a minha versão não era verdadeira, que eu estava mentindo”.

» Ele também explica por que aceitou a delação premiada. Segundo diz, a recusa faria com que recebesse uma pena de até quatro décadas de prisão. “Se eu não colaborar, vou pegar 30, 40 anos, porque eu estou em vacina, eu estou em joia”, ressalta, em referência ao inquérito das fraudes no sistema do Ministério da Saúde e ao caso das joias da Presidência vendidas ilegalmente pela cúpula do governo anterior.

Detenção do militar provoca reações de apoio e indignação

A detenção do tenente-coronel Mauro Cid provocou reações de apoio e de indignação nas redes sociais. Simpatizantes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avaliam que foi acertada a prisão preventiva decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e aliados de Jair Bolsonaro (PL) questionam a legalidade da medida.

A deputada federal e presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi Hoffmann (PT-PR), publicou no X (antigo Twitter) que Cid tentou “fazer jogo duplo”. A petista classificou o tenente-coronel como

“mais um abandonado pelo inelutável”, em referência ao fato de Bolsonaro não poder se candidatar até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O senador Humberto Costa (PT-PE) postou, em seu perfil na rede social, que, se Mauro Cid ficou “ressentido de entregar a quadrilha que tentou acabar com a democracia”, deve perder os benefícios da delação premiada. “Como todo criminoso.” Em outro post, o parlamentar afirmou que “o discurso que ele (Cid) faz para a plateia não muda em nada o que foi a tentativa de golpe”. E aconselhou que o militar

“assuma as consequências de, mais uma vez, agir contra a lei, tentando obstruir a Justiça e descumprindo cautelares”.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) destacou que o tenente-coronel “caiu no próprio buraco que abriu”. “Sem anistia para Cid, seu capitão e todo os outros golpistas”, escreveu no X.

Pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, apoiado por Lula, o deputado federal Guilherme Boulos (PSol-SP) escreveu que “a hora do mito também vai chegar”, referindo-se a Bolsonaro.

Já o ex-procurador da Lava-jato e ex-deputado federal com

mandato cassado em 2023, Deltan Dallagnol (Novo-PR), questionou a legalidade da prisão preventiva. “O que mudou, senão o enfraquecimento da própria delação? Contudo, isso não é requisito de preventiva.” O ex-deputado também voltou a criticar o STF: “O Supremo segue sendo supremo, colocando-se acima da lei. O Supremo pode tudo”.

O senador Carlos Portinho (PL-RJ) também sugeriu a não observância do processo legal na prisão de Cid. “Num Estado policial, primeiro prendem e torturam. Ou vice-versa. E deixam

preso até confessar o que querem ouvir. Além dos prazos legais ou razão.”

Os bolsonaristas também questionam a veracidade da delação premiada do militar. O deputado federal Delegado Zucco (PL-RS) escreveu que já esperava que Cid fosse preso e que a “liberdade de expressão” deveria ser defendida por todos.

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) questionou se a prisão não confirma as declarações do ex-ajudante de ordens nos áudios vazados. Nas gravações, o militar diz que a investigação sobre tentativa de golpe é

“narrativa pronta”. “A prisão do Cid não seria uma confirmação da veracidade do conteúdo do áudio dele?”, perguntou.

Também no X, o senador Eduardo Girão (Novo-CE) afirmou que um grupo de senadores vai propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar “acusações de crimes nas apurações do STF a cargo da PF”. “O relato do ex-ajudante de ordens do governo anterior é muito grave e parece ser mais crível ainda devido à espontaneidade e por ele ter gravado o áudio enquanto estava solto”, argumentou.